

Derruba mais que a gripe fusquinha

ANTÔNIO CARLOS
DE CAMPOS MACHADO



O País sofre de uma doença, do tipo virótica, que se contrai no Palácio do Planalto e atinge todos os brasileiros. Apesar de ser de difícil tratamento, é curável. Mas assusta, como a tuberculose, que, depois de controlada há quase meio século, volta para matar mais que a Aids. É a doença do descaso e da irresponsabilidade. Mais contagiosa que a gripe fusquinha, também patrocinada pelo presidente Itamar Franco.

O governo federal, a título de resolver o imbróglio dos 147% dos aposentados, não tem repassado os 15,5% da receita líquida das contribuições sobre a folha de pagamento das empresas do Ministério da Previdência para a Saúde. O presidente Itamar poderia honrar os compromissos com os aposentados — uma categoria que rende muitos votos — cobrando dos devedores e punindo os sonegadores. Utilizar recursos que são da saúde por direito previsto na Lei das Diretrizes Orçamentárias para sanear a Previdência é deixar a maioria da população à sua sorte.

O resultado desta transfusão de recursos se verifica nos hospitais que compõem o Sistema Unificado de Saúde (SUS). Boa parte dos 6.500

hospitais conveniados do País está reduzindo ou suspendendo o atendimento pelo Inamps, porque o governo federal ainda não pagou os serviços de abril. As cidades mais afetadas são as que dependem de Santas Casas e hospitais filantrópicos. Na região de Itapetininga, por exemplo, as portas estão fechadas. Os doentes estão tendo de ir a Sorocaba, onde a situação também não está boa. A continuar esta política, só no Estado de São Paulo, as 8.500 internações e os 60 mil atendimentos diários não serão mais feitos pelos hospitais particulares, através do Inamps.

A Associação Médica Brasileira suspeita que a intenção do governo federal de atrasar os pagamentos é forçar a privatização progressiva do

setor de saúde. A privatização, por princípio, é saudável. Mas não deve ser justificada por meios artificiais que sacrifiquem mais a população.

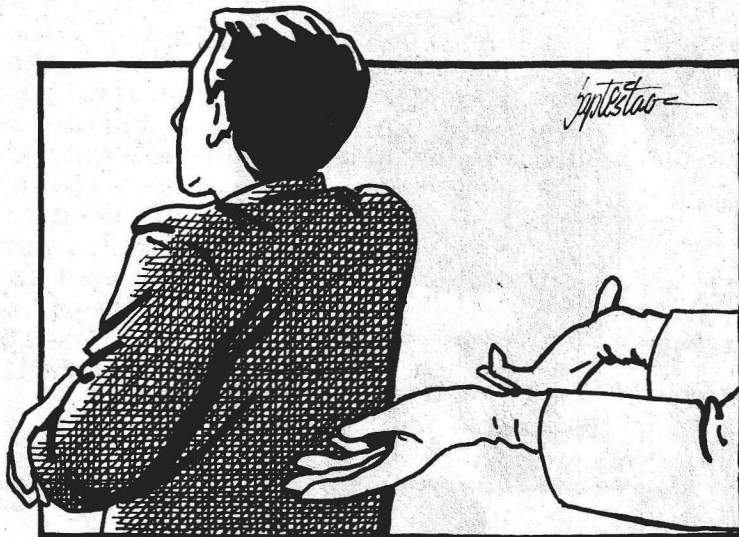
A situação dos hospitais públicos do Estado de São Paulo também é crítica. O governo federal suspendeu o repasse de verbas para o sistema de saúde, em particular do Estado de São Paulo. O governador Luiz Antonio Fleury Filho reclama que o dinheiro está retido há dois meses e sofreu um corte superior a Cr\$ 400 bilhões, relativos aos atendimentos médicos feitos em março. Se os pagamentos não forem normalizados, o governo do Estado não terá como manter o serviço. O jeito vai ser devolver à União cinco hospitais estadualizados, comprometendo a

suposta privatização do setor pretendida pelo presidente Itamar.

Mesmo sabendo que a fonte da crise na saúde está em Brasília, o governo de São Paulo, num esforço para amenizar os efeitos negativos sobre a população, anunciou na semana passada a liberação de Cr\$ 300 milhões para as prefeituras e hospitais do Interior. São medidas paliativas, que não dão conta do problema. Vai haver uma hora em que o governador não conseguirá segurar mais a situação. O presidente Itamar que pague pelo ônus de sua política.

Estão pensando agora em recorrer mais uma vez ao Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT). Os cerca de Cr\$ 30 trilhões do FAT seriam usados para atender ao sistema de saúde. O conselho do FAT, composto pelo governo, empresários e trabalhadores, vai se reunir para decidir a liberação da verba. O presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores, Francisco Canindé Pegado do Nascimento, já concordou com a medida.

É uma saída, mas de emergência. Não se pode usar sempre o FAT como uma bandagem. A solução tem de vir da austeridade e da competência em administrar os recursos públicos, arrecadando mais e gastando melhor, para que não falte dinheiro para os serviços essenciais, como a saúde.



■ Antônio Carlos de Campos Machado é líder da bancada do PTB na Assembleia Legislativa de São Paulo